

IDENTIDADE, A GRANDE ESTRATÉGIA DAS REDES DE PODER

Recebido em: 14/07/2023

Aceito em: 14/08/2023

DOI: 10.25110/educere.v23i2.2023-020

Fabrcio Filisbino ¹

RESUMO: A partir do sculo XVII as sociedades conheceram o grande processo de manipulao dos indivduos, da construo de subjetividades que expropriam o ser humano, fazendo com que a imposio de uns sobre outros se tornasse gradativamente mais real e desigual. Nesta reflexo pretende-se compreender as possibilidades de desassujeitamento frente as relaes de poder, fundamentando-se no pensamento foucaultiano. Foucault, entende que o sujeito é constituído por relaes de poder, em tecnologias como a disciplina e a biopolítica. Ele critica as identidades que extinguem o lugar do cuidado de si, promovendo um tipo de ética padronizada pelas instituies, limitando a autonomia do sujeito na elaborao de si. A partir de uma análise bibliográfica da sua obra, possibilita-se uma visualizao do desassujeitamento das pessoas perante as instituies.

PALAVRAS-CHAVE: Foucault; Identidade; Desassujeitamento.

THE GREAT STRATEGY OF NETWORKS OF POWER

ABSTRACT: From the seventeenth century societies experienced the great process of manipulation of individuals, of the construction of subjectivities that expropriate the human being, making the imposition of one on another become gradually more real and unequal. This reflection aims to understand the possibilities of desubjecting oneself to power relations, based on Foucauldian thought. Foucault understands that the subject is constituted by power relations, in technologies such as discipline and biopolitics. He criticizes the identities that extinguish the place of self-care, promoting a type of ethics standardized by the institutions, limiting the autonomy of the subject in the elaboration of itself. From a bibliographical analysis of his work, it is possible to visualize the desubjecting people to institutions.

KEYWORDS: Foucault; Identity; De-Subjecting.

IDENTIDAD, LA GRAN ESTRATEGIA DE LAS REDES DE PODER

RESUMEN: A partir del siglo XVII en adelante, las sociedades han conocido el gran proceso de manipulacin de los individuos, de construccin de subjetivos que expropian al ser humano, haciendo que la imposicin de uno sobre otro se vuelva gradualmente ms real y desigual. El objetivo de esta discusin es entender las posibilidades de incapacitar las relaciones de poder, basadas en el pensamiento foucaultiano. Foucault cree que el tema est compuesto por relaciones de poder, en tecnologas como la disciplina y la biopolítica. Critica las identidades que extinguen el lugar de cuidado de sí mismo, promoviendo un tipo de ética estandarizada por las instituciones, limitando la autonomía del sujeto en la elaboracin de sí mismo. A partir de un análisis bibliográfico de su trabajo, es posible visualizar el desprecio de la gente hacia las instituciones.

PALABRAS CLAVE: Foucault; Identidad; Discapacidad.

¹ Doutorando em Educao. Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC).

E-mail: fabricao.fili@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5130-4843>

INTRODUÇÃO

Desde o início da modernidade tem-se assistido mundialmente a crescente manipulação dos indivíduos por diversas instituições que buscam neles algum proveito, seja econômico, religioso, cultural, ou mesmo de consciência.

Diversas identidades são criadas, formando modelos para encaixar pessoas, torná-las dóceis e úteis aos interesses das redes de poder, sejam elas estatais, financeiras, políticas, de igrejas, de hospitais, entre outras. Perante esse fator social crescente e cada vez mais bem elaborado, com o suporte dos saberes e das tecnologias, se coloca o questionamento sobre as possibilidades e formas de desassujeitamento frente as disseminadas relações expropriativas de poder.

A pergunta poderia ser respondida em diversos campos de estudo, mas optou-se pelas reflexões filosóficas, tendo em vista que podem contribuir na compreensão da realidade presente para lançar luzes sobre esta, possibilitando entendimentos diferenciados, com arcabouço histórico, que oportuniza análises comparativas e críticas da realidade atual. Principalmente quando se fala de identidade, que em certo sentido é um tema ontológico, ou seja, constituinte do ser humano.

Para abordar a problemática escolheu-se como aporte teórico Michel Foucault, que já defendia que filosofia é uma crítica do presente. Ele teceu uma reflexão da constituição das identidades modernas, das tecnologias que fazem do ser humano objeto e sujeito adequado às ordens do poder. Analisou criticamente as identidades modernas, discutindo possibilidades de problematizar os dogmatismos e imposições no terreno da ética. Seu pensamento teve como preocupação central a questão do sujeito. Partindo dessas noções, o objetivo geral dessa pesquisa consiste em compreender as possibilidades de desassujeitamento frente às relações de poder, a partir do pensamento foucaultiano.

Como percurso metodológico a pesquisa é realizada em três momentos. Primeiramente identifica-se o papel da identidade frente ao poder. No segundo momento, apresenta-se a atitude crítica (*Aufklärung*) perante a própria identidade. Por fim, discute-se o cuidado de si, como atitude ética contrária a constituição identitária moderna.

Na efetivação da pesquisa usa-se de análise bibliográfica. O estudo dos objetivos específicos tem por fundamento as seguintes obras de Foucault: *História da Sexualidade; O sujeito e o poder; Hermenêutica do sujeito; O que é a crítica*. O principal comentador que enriquece a compreensão dessa temática é Márcio Alves da Fonseca.

Diante da perspicácia do pensamento de Foucault, que abre portas para se compreender os acontecimentos a partir de sua dimensão histórica, e a urgência em

diminuir a expropriação social de uns sobre outros, tem-se a relevância em estudar o modo como as instituições atuam na construção da identidade dos seus subordinados, bem como, as possibilidades de desassujeitamento. Espera-se, com a pesquisa, contribuir com as discussões que se desenvolvem no campo social e com os estudos foucaultianos, aprofundando o entendimento sobre as relações de poder nos domínios das instituições.

O Papel da Identidade Frente ao Poder

O conceito de identidade² refere-se ao conjunto de características que se tornam comuns a um grupo de pessoas. Tais características têm como função desenvolver em cada um dos indivíduos o sentimento de que pertence ao grupo.

De acordo com Foucault, ao longo da história podem-se perceber diversas identidades, de povos, grupos, instituições que influenciaram a vida daqueles que estavam submetidos a elas. Mas isso não significa que todos os integrantes de um grupo, sejam considerados da mesma forma. Pelo contrário, dentro dos grupos, cada um possui sua individualidade que, combinada com os demais, fortifica o grupo e dá a ele suas características gerais. Na sociedade disciplinar, por exemplo, cuida-se ao máximo da individuação da pessoa para extrair suas forças para as estratégias do poder. Mas, quem dita as características que devem ser adquiridas é a identidade conferida pelo grupo no qual se está inserido. Assim afirma Fonseca:

Os mecanismos da disciplina produzem cada indivíduo, elaboram sua história e arquivam-na, distribuem-na no espaço de forma particularizada, elaboram suas atividades, controlam e relacionam seu tempo e o combinam com outros indivíduos. O indivíduo moderno, produto da disciplina, não é um elemento anônimo de uma massa amorfa, mas possui uma **identidade** da qual dependam as suas marcas mais profundas de utilidade e docilidade. Tais marcas são concretizadas a partir da particularização de cada indivíduo, realizada pela disciplina. É essa particularização que garante a docilidade e que permite a utilização do homem moderno. Isso porque a particularização é de todos e não exclusiva de alguns, mais importantes e especiais. Para a época da disciplina, todo o indivíduo é singularizado. Esse é seu status: ser possuidor de uma identidade. E essa é sua importância: tal identidade traz a marca da utilidade e da docilidade (FONSECA, 2011, p. 64-65).

² Identidade (lat. tardio *identitas*, de *idem*: o mesmo): Relação de semelhança absoluta e completa entre duas coisas, possuindo as mesmas características essenciais, que são assim a mesma. 1. A identidade numérica indica que duas coisas são, na realidade, uma única. Ex.: Vênus é a Estrela da Manhã. 2. A identidade temporal significa que podemos identificar um mesmo objeto que nos aparece em momentos diferentes: Ex.: Uma mesma árvore no inverno sem folhas e na primavera coberta de flores. 3. Na lógica, o princípio da identidade, uma das três leis básicas do raciocínio para Aristóteles, se expressa pela fórmula "A=A", ou seja, todo objeto é igual a si mesmo. [JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário básico de Filosofia**. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001, p. 103.]

O poder focado na vida cotidiana aplica-se na categorização do indivíduo, marcado com sua própria individualidade, liga-o à sua própria identidade, impõe-lhe uma lei de verdade, que devemos reconhecer e que os outros têm que reconhecer nele. Foucault evidencia:

É uma forma de poder, que faz dos indivíduos, sujeitos. Há dois significados para a palavra sujeito: sujeito ao outro, através do controle e da dependência; e ligado à sua própria identidade, através de uma consciência ou do autoconhecimento. Ambos sugerem uma forma de poder que subjuga e sujeita (2013b, p. 278).

Um exemplo desse modo de subjetivação que insere os homens em uma identidade é o excesso de individualidade que as sociedades modernas fazem vigorar nas pessoas. Cada um vive como se fosse o único a experimentar coisas demasiadamente padronizadas pela moda ou as tendências de consumo de produtos industrializados, produzidos em série. A pessoa lida com os objetos de consumo como se eles fossem feitos exclusivamente para ela. No fundo, essa é a tecnologia política na produção de uma subjetividade amarrada a padrões de consumo, amarrando o indivíduo a identidades específicas (FOUCAULT, 2013b).

De acordo com a perspectiva de Foucault, as relações de poder que constroem as identidades são as ações de uns sobre os outros. Então, desses efeitos intrínsecos às relações de poder, se constituem as identidades.

O que caracteriza, por outro lado, o **poder** que analisamos aqui, é que ele coloca em jogo relações entre indivíduos (ou entre grupos). Pois, não devemos nos enganar: se falamos do poder das leis, das instituições ou das ideologias, se falamos de estruturas ou de mecanismos de poder, é apenas na medida em que supomos que **alguns** exercem um poder sobre os outros (2013b, p. 284).

Esse exercício do poder, como uma ação sobre os outros, como uma *dominação*, pode levar, num primeiro momento, à interpretação de que o poder tem sua gênese na violência. Contudo, como explica o autor, "uma relação de violência age sobre um corpo, sobre as coisas; ela força, ela submete, ela quebra, ela destrói; ela fecha todas as possibilidades" (2013b, p. 287). Ela mantém o indivíduo sujeitado numa pura passividade, sem quaisquer opções. Isso difere longamente de uma *relação* de poder que se articula sobre dois princípios básicos: "[...] que o outro (aquele sobre o qual ela se exerce) seja inteiramente reconhecido e mantido até o fim como o sujeito de ação; e que se abra, diante da relação de poder, todo um campo de respostas, reações, efeitos, invenções possíveis" (FOUCAULT, 2013b, p. 287-288).

Sendo assim, o poder é um conjunto de ações, sobre ações possíveis. Sua operatividade está no campo da possibilidade, onde os sujeitos ativos inscrevem seu comportamento. Nesse sentido, é sempre uma maneira de agir sobre um ou vários sujeitos ativos, e o quanto eles agem ou são suscetíveis de agir. Uma ação sobre ações.

Portanto, se para Foucault, "o exercício do poder consiste em **conduzir condutas** e em ordenar a probabilidade, o poder, no fundo, é menos da ordem do afrontamento entre dois adversários, ou do vínculo de um com relação ao outro, do que da ordem do **governo**" (2013b, p. 288).

O termo governo deve ser entendido aqui em sentido amplo. Não apenas como a gestão do Estado, mas a maneira de dirigir a conduta dos indivíduos ou dos grupos: governo das crianças, das almas, das comunidades, das famílias, dos doentes. Ele não recobre apenas formas instituídas e legítimas de sujeição política ou econômica, mas modos de ação mais ou menos refletidos e calculados. Nesse sentido, governar é estruturar o eventual campo de ação dos outros (FOUCAULT, 2013b).

Pode-se constatar, numa abordagem histórica, que é a partir do século XVI que a temática do governo ganhou forte acento, não somente na questão de conselhos ao príncipe, mas numa arte de governar. Com esse sentido da noção de governo é que surgiram os questionamentos de como governar-se; como ser governado; como governar os outros; por que devemos aceitar ser governados; como fazemos para ser o melhor governante possível (FOUCAULT, 2006b).

Foucault defende que a governamentalidade deve ser estudada e entendida através do

[...] conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer essa forma bem específica, bem complexa de poder, que tem como alvo principal a população, como forma mais importante de saber, a economia política, como instrumento técnico essencial aos dispositivos de segurança (2006b, p. 303).

Sabendo disso, se pode concluir que a identidade, entendida como a objetivação de si nos pressupostos, na moral e nas rotinas das instituições, exerce um papel fundamental na ordem do governo. É ela que possibilita ao poder manter os indivíduos dentro de parâmetros aceitáveis e úteis à realidade e à proposta governamental.

Identidade e *Aufklärung*

Foucault, ao discutir o papel das identidades nas relações de poder, também tem como objetivo trabalhar a noção de crítica a essas identidades constituídas na trama histórica das relações de poder. A *Aufklärung* resulta de um percurso histórico de construção das condições do que ele chamou de atitude crítica do pensamento.

Para fazer a história dessa atitude crítica pode-se analisar, em princípio, como a pastoral cristã desenvolveu uma ideia ímpar e estranha à cultura antiga. Os indivíduos, sem importar sua idade, seu estatuto, e isso durante toda a vida, tinham a necessidade de serem governados e deviam deixar-se governar. Isto conduziria o indivíduo à sua salvação, por alguém que o ligue numa relação global e, simultaneamente, detalhada, de obediência (FOUCAULT, 1990).

Essa direção de consciência, depois do século XV, tomou proporções que extrapolaram os muros do convento. Ocorreu aí uma verdadeira difusão da arte de governar os homens. Um deslocamento em relação a seu foco religioso, laicizando e expandindo na sociedade civil a temática da arte de governar os homens e os métodos para fazê-la (FOUCAULT, 1990).

Nessa grande inquietude, em torno da maneira de governar, localiza-se uma questão pertinente, que seria: "como não ser governado **assim**, por isso, em nome desses princípios, em vista de tais objetivos e por meio de tais procedimentos, não dessa forma, não para isso, não por eles" (FOUCAULT, 1990, p. 3).

Portanto, ao mesmo tempo em que se pode descrever o movimento da governamentalização, da sociedade e dos indivíduos, pode-se constatar a presença histórica em amplitude daquilo que se chama de atitude crítica (FOUCAULT, 1990). Neste sentido, existem alguns pontos de ancoragem históricos, e que se poderia fixar assim:

O primeiro, refere-se à época em que o governo dos homens era essencialmente religioso, ligado à autoridade de uma Igreja, ao magistério de uma Escritura. Neste momento, não querer ser governado desta forma, era buscar na Escritura uma outra relação que não aquela ligada ao funcionamento da lição de Deus; era uma certa maneira de negar o magistério eclesiástico, voltando somente à Escritura (FOUCAULT, 1990).

O segundo ponto está em face de não mais querer aceitar algumas leis porque elas são injustas, porque, sob sua antiguidade ou sob o seu brilho mais ou menos ameaçador que lhes dá a soberania de hoje, elas escondem uma ilegitimidade essencial. Buscam-se os limites do direito de governar.

Por fim, mas não menos importante, não querer ser governado, é não aceitar como verdade o que uma autoridade determina por verdadeiro, ou ao menos, é não aceitar isso senão se compreende, por si mesmo, boas razões para aceitar (FOUCAULT, 1990).

Foucault, considerando a crítica em face da governamentalização afirma:

E se a governamentalização é mesmo esse movimento pelo qual se tratasse na realidade mesma de uma prática social de sujeitar os indivíduos por mecanismos de poder que reclamam de uma verdade, pois bem, eu diria que a crítica é o movimento pelo qual o sujeito se dá o direito de interrogar a verdade sobre seus efeitos de poder e o poder sobre seus discursos de verdade; pois bem, a crítica será a arte da inservidão voluntária, aquela da indocilidade refletida. A crítica teria essencialmente por função o desassujeitamento no jogo do que se poderia chamar, em uma palavra, a política da verdade (1990, p. 5).

Segundo Foucault, essa definição, devidamente ponderada, pode ser relacionada ao texto que Kant escreveu no final do século XVIII, num jornal alemão: o *Berliner Monatschrift*. O título era *Was heisst Aufklärung?* Ele propôs uma investigação filosófica, não apenas do sistema metafísico, mas um acontecimento histórico; um acontecimento do presente (2013b).

Neste texto, Kant expõe o conceito de *aufklärung* em relação ao estado de menoridade, no qual a humanidade estaria mantida autoritariamente. Para Kant, *aufklärung* é uma espécie de saída, um processo que liberta desse estado de menoridade. E, por menoridade, ele entende um certo estado de nossa vontade que nos faz aceitar a autoridade de algum outro para nos conduzir nos domínios em que convém fazer uso da razão. Por exemplo, quando um livro assume o lugar do entendimento, quando um orientador espiritual toma o lugar da consciência, quando um médico decide sozinho a dieta do paciente (FOUCAULT, 2013a).

Nesses termos, *aufklärung* para Kant é uma modificação entre a relação da vontade, da autoridade e do uso da razão. Essa saída, apresentada por ele, deve ser concebida levando em conta que é o próprio homem o responsável por seu estado de menoridade. Então, só poderá se libertar desse domínio por uma mudança que ele próprio operar em si mesmo. A palavra de ordem que se trabalha em si e nos outros é: *Tenha coragem e audácia de saber*. Kant define duas condições básicas para que isso tenha possibilidade de acontecer (FOUCAULT, 2013a, p. 354).

A primeira, contrapõe uma expressão corrente: *obedeçam, não raciocinem*; ele defende que a humanidade chegará à maioridade quando obedecerem, mas puderem raciocinar o quanto quiserem. Kant não está simplesmente retomando o conceito de liberdade de consciência em pensar o quanto quiser, desde que obedeça. Ele faz uma

explicação do uso público e privado da razão que esclarece sua posição. Acrescentando que a razão deve ser submissa em seu uso privado, mas deve ser livre em seu uso público.

O homem, diz Kant, faz um uso privado de sua razão quando ele é **uma peça de uma máquina**; ou seja, quando ele tem um papel a desempenhar na sociedade e funções a exercer [...] não pede que se pratique uma obediência cega e tola; mas que se faça um uso da razão adaptado a essas circunstâncias determinadas. [...] Em compensação, quando se raciocina apenas para fazer uso de sua razão [...] quando se raciocina com o membro da humanidade racional, então o uso da razão deve ser livre e público (FOUCAULT, 2013a, p. 355-356).

Assim sendo, *aufklärung* não é somente uma garantia de liberdade do uso pessoal do pensamento. Há *aufklärung* quando existe uma sobreposição do uso universal, livre e público da razão.

Outro aspecto importante que Kant contribui para esta reflexão, trata-se de seu ponto de partida para conceitualização sobre *aufklärung*. Tal noção se desenvolve por meio de algumas perguntas: "o que está acontecendo neste momento? O que está acontecendo conosco? O que é este mundo, esta época, este momento preciso em que vivemos? Em outras palavras: o que somos, enquanto *Aufklärung*, enquanto parte do Iluminismo?" (FOUCAULT, 2013b, p. 282). Dispondo desses questionamentos, a análise de Kant aparece como uma reflexão focada em quem somos nós e no nosso presente.

Perante essas considerações kantianas, assim afirma Foucault:

O que Kant descrevia como a *Aufklärung*, é o que eu tentei até agora descrever como a crítica, como essa atitude crítica que se vê aparecer como atitude específica no ocidente a partir, creio, do que foi historicamente o grande processo de governamentalização da sociedade (1990, p. 6).

A tarefa da filosofia, como uma análise crítica do mundo, foi se tornando a cada momento mais importante. Talvez, o mais evidente dos problemas filosóficos seja a questão do tempo presente e daquilo que é o ser humano neste exato momento. Talvez, o objetivo nos dias de hoje, não seja descobrir o que somos, mas recusar o que somos. É necessário imaginar e construir o que poderíamos ser para nos livrar deste duplo constrangimento político, que é a simultânea individualização e totalização própria às estruturas do poder moderno (FOUCAULT, 2013b).

Buscando essa possibilidade de desassujeitamento, o autor encaminha-se para o debate de alguns aspectos da ética antiga, no intuito de clarificar as considerações da

sujeição moderna, num comparativo com o sujeito que se constituía por meio do cuidado de si.

Identidade e Cuidado de Si

“As portas do asilo, os muros da prisão desaparecem em proveito dos lugares de palavra livre em que Gregos e Romanos debatem sobre as melhores maneiras de conduzir sua vida” (EWALD, 1984, p. 17). Com essas palavras, François Ewald inicia um dossiê no *Magazine Littéraire* em maio de 1984, sobre Michel Foucault, por ocasião da publicação de seus dois últimos livros, a saber: *História da sexualidade II: O uso dos prazeres*; *História da sexualidade III: O cuidado de si*.

A modificação em relação às suas reflexões anteriores refere-se ao fato de que, nesse momento, o autor se pergunta a respeito das formas de constituição do sujeito, segundo procedimentos de uma ética baseada na reflexão sobre si mesmo (FONSECA, 2011).

Em *O uso dos prazeres e O cuidado de si*, Foucault trabalha as formas de constituição da individualidade no presente, perante o estudo da constituição ética do sujeito moral na Antiguidade. Isto difere da temática abordada até então, sobre a presença prescritiva dos códigos, interditos e mecanismos disciplinares, que de fato, também foram fundamentais para a compreensão da constituição do indivíduo moderno, dócil e útil (FONSECA, 2011).

Perante seu posicionamento, poderíamos nos perguntar: Por que utilizar de uma comparação com uma diferença temporal tão grande? Ou ainda: Por que a escolha de um modelo de constituição do indivíduo que possui como princípio a ética, para fim de um parâmetro comparativo em relação à constituição do sujeito do presente?

De acordo com Fonseca:

É exatamente o conteúdo ético da constituição do sujeito na Antiguidade que explica a escolha dessa forma de constituição para a confrontação com a forma de constituição do sujeito moderno, pelo fato de esta última se dar destituída de todo cuidado ético. Por ser a ética o elemento essencial na constituição do sujeito antigo, é essa forma de constituição a mais eficaz para ressaltar a marca essencial do sujeito constituído na atualidade: a ausência, no presente, do elemento que naquela forma de constituição o caracterizava: a ética (2011, p. 103).

Para entender a proposta de Foucault em recorrer à antiguidade, pode-se ainda introduzir algumas considerações daquilo que ele conceitua como moral e atitude ética.

Por moral, entende-se um conjunto de valores e regras de ações propostas aos indivíduos e aos grupos, por intermédio de aparelhos prescritivos diversos, como podem ser a família, as instituições educativas, as Igrejas, etc. (FOUCAULT, 2009a, p. 33).

As regras e os valores podem ser formulados em uma doutrina coerente com um ensinamento bem explícito, ao qual denomina-se código moral. Mas, também podem ser transmitidas de uma maneira difusa, com elementos que se compensam, se corrigem, se anulam, permitindo assim uma atitude de compromisso ou de fuga (FOUCAULT, 2009a).

Nesse aspecto, abre-se o pressuposto de moral, não somente como um conjunto de normas prescritivas, mas pode-se falar que:

[...] por moral entende-se igualmente o comportamento real dos indivíduos em relação às regras e valores que lhes são propostos: Designa-se, assim, a maneira pela qual eles se submetem mais ou menos completamente a um princípio de conduta; pela qual eles obedecem mais ou menos a uma interdição ou a uma prescrição; pela qual eles respeitam ou negligenciam um conjunto de valores (FOUCAULT, 2009a, p. 33-34).

Com efeito, uma coisa é uma regra de conduta, diferente disso é a maneira pela qual pode-se assumir ou negligenciar o código moral. E ainda, como um outro elemento ético, é a forma pela qual é imprescindível conduzir-se. No sentido de uma maneira de construir a si mesmo como sujeito moral, agindo em referência aos elementos de um código (FOUCAULT, 2009a).

A ação moral não se reduz à mera conformidade com um conjunto de regras, leis ou valores. É claro que toda ação moral faz referência a um código, contudo, ela implica também em certa relação consigo, uma constituição de si, enquanto sujeito moral. Nesse sentido, o indivíduo procura definir sua posição frente ao preceito que respeita, estabelecendo para si, certo jeito de ser, possibilitando assim, a própria realização moral. Para tanto, age sobre si mesmo, procurando conhecer-se, controlar-se, aperfeiçoar-se e enfim, transformar-se (FOUCAULT, 2009a).

Ademais, a ideia de ética apresentada por Foucault, pressupõe a divisão entre os códigos morais e uma ética da existência, esta compreendida como modo de subjetivação. Com essa divisão, fica notória a diferença entre a regra de conduta, a conduta que segue essa regra e a maneira como o sujeito se constitui moralmente ao conduzir-se pela regra. Foucault associa o conjunto de ações e relações para consigo mesmo que formam a subjetivação, à prática do cuidado de si nas sociedades antigas (ENCONTRO DE JOVENS PESQUISADORES, 2015).

A noção de *cuidado de si mesmo* (*epiméleia heautou*) é um conceito grego bastante complexo e rico, também muito frequente entre eles, e que perdurou longamente em toda a cultura grega. Este termo, refere-se basicamente a ter cuidados consigo, o fato de ocupar-se consigo, de preocupar-se consigo, sua formação, seu caráter, suas virtudes (FOUCAULT, 2009b).

Desde o personagem de Sócrates, que se apresentava como chamado por deus para lembrar os homens que devem cuidar, não de suas riquezas, nem de sua honra, mas deles próprios e de sua própria alma; até o ascetismo cristão que dá início à vida ascética com o cuidado de si, pode ser constatada uma longa história da noção de cuidado de si mesmo (FOUCAULT, 2009b).

De acordo com a visão foucaultiana, a caracterização fundamental da noção de *cuidado de si* ocorre, primeiramente, como tema de uma atitude geral, "um certo modo de encarar as coisas, de estar no mundo, de praticar ações, de ter relações com o outro. A *epiméleia heautou* é uma atitude - para consigo, para com os outros, para com o mundo" (FOUCAULT, 2006a, p. 15).

Em segundo lugar, *o cuidado de si* é um modo de conceder atenção, de olhar. Isso implica na conversão do olhar, deve-se passar da exterioridade dos outros, do mundo, para dedicar-se a si mesmo. Portanto, *o cuidado de si* exige atenção ao que se pensa e ao que ocorre nos pensamentos (FOUCAULT, 2006a).

Em terceiro lugar, esta noção,

[...] designa sempre algumas ações, ações que são exercidas de si para consigo, ações pelas quais nos assumimos, nos modificamos, nos purificamos, nos transformamos e nos transfiguramos. Daí, uma série de práticas que são, na sua maioria, exercícios, cujo destino (na história da cultura, da filosofia, da moral, da espiritualidade ocidentais) será bem longo. São, por exemplo, as técnicas de meditação; as de memorização do passado; as de exame de consciência; as de verificação das representações na medida em que elas se apresentam ao espírito (FOUCAULT, 2006a, p 14-15).

Enfim, com a noção de *cuidado de si*, define-se toda uma maneira de ser, uma atitude, algumas formas de reflexão e práticas que constituem a história das subjetividades.

Desse contexto, surge o questionamento: Por que a noção de *cuidado de si* parece ter sido desconsiderada no modo como o pensamento, a filosofia ocidental, fez sua própria história?

De acordo com Foucault, a razão mais provável e convincente dessa desvinculação ao *cuidado de si*, concerne ao problema da verdade e da história da verdade (2006a).

A cultura centrada no *cuidado de si*, tem um jeito próprio de lidar com essas questões da verdade, distinguindo-se duas atitudes perante ela: A atitude filosófica e a atitude de espiritualidade.

A filosofia, enquanto forma de pensamento, não se interroga certamente sobre o que é verdadeiro e sobre o que é falso, mas se pergunta sobre o que permite ao sujeito ter acesso à verdade, tentando determinar as condições e os limites do acesso do sujeito à verdade.

A espiritualidade, por sua vez, entende que "a verdade jamais é dada de pleno direito ao sujeito. Postula a necessidade de que o sujeito se modifique, se transforme, se desloque, torne-se, em certa medida e até certo ponto, outro que não ele mesmo, para ter direito e acesso à verdade" (FOUCAULT, 2006a, p. 19). A verdade só é dada ao sujeito a um preço que põe em jogo o ser mesmo do sujeito. Pois, tal como ele é, não é capaz de verdade. Neste aspecto, é indiscutível a necessidade do cuidado de si para o acesso à verdade.

A história da verdade, entrou em uma reviravolta no seu período moderno "no dia em que admitiu que o que dá acesso à verdade, as condições, segundo as quais, o sujeito pode ter acesso à verdade, é o conhecimento e tão somente o conhecimento" (FOUCAULT, 2006a, p. 22).

Isto é, ocorre uma ruptura no modo de se entender essa história da verdade no momento em que o filósofo, ou simplesmente aquele que busca a verdade, sem que seu ser de sujeito deva ser modificado ou alterado, é capaz, em si mesmo e, unicamente por seus atos de conhecimento, de reconhecer a verdade e a ela ter acesso (FOUCAULT, 2006a).

O que não significa que a verdade seja obtida sem qualquer condição. Entretanto, tais requisitos não dizem respeito à espiritualidade. Existem as condições internas ao ato de conhecimento: São elas as condições formais, objetivas, regras formais do método, estrutura do objeto a conhecer. Há também algumas exigências extrínsecas ao ato de conhecimento: não se pode conhecer a verdade quando não há desenvolvimento intelectual para isso, a questão da loucura, nos termos da modernidade clássica. Também as disposições culturais: para ter acesso à verdade, é preciso ter realizado estudos, ter uma formação, inscrever-se em algum consenso científico. E, por fim, as obrigações morais:

para conhecer a verdade, é necessário esforçar-se, não tentar enganar os outros, é preciso que os interesses financeiros, de carreira, ajustem-se de maneira coerente com as normas da pesquisa desinteressada.

De fato, até pode-se falar em condições intrínsecas e extrínsecas ao conhecimento, mas, de todo modo, não concernem ao sujeito no seu ser, como ocorria antes na espiritualidade: só pertencem ao indivíduo na sua existência concreta, não à estrutura do sujeito enquanto tal (FOUCAULT, 2006a).

Isto gera uma grande implicação, pois, o sujeito já não precisa se transformar, ter algum cuidado de si para acessar à verdade. Ele já é capaz da verdade pelos próprios atos de conhecimento. Ademais:

Se definirmos a espiritualidade como o gênero de práticas que postulam que o sujeito, tal como ele é, não é capaz de verdade, mas que a verdade, tal como ela é, é capaz de transfigurar e salvar o sujeito, diremos então que a idade moderna das relações entre sujeito e verdade começa no dia em que postulamos que o sujeito, tal como ele é, é capaz de verdade, mas que a verdade, tal como ela é, não é capaz de salvar o sujeito (FOUCAULT, 2006a, p. 24).

Dito isto, tem-se as considerações necessárias para analisar o sujeito moderno, que é um produto da normalização empreendida pela disciplina. Ele não tem, no processo de sua construção, a marca da relação consigo, que caracteriza a ética. Ou seja, o sujeito da modernidade se faz independentemente de todo o cuidado ético de si; é capaz de verdade, mas ela não o transforma.

Segundo Fonseca,

[...] o indivíduo moderno se opõe ao antigo à mesma medida que a norma se opõe à ética. A ética é a relação consigo, enquanto o poder da norma impede que tal relação se dê. Portanto, na constituição do indivíduo moderno a partir do poder da norma, não há lugar para a ética. Normalizado, esse indivíduo é impedido de ser ético. Sua constituição pela disciplina e pela norma, impede a relação consigo que caracteriza a ética (2011, p. 103).

O indivíduo constituído pela norma, é impedido de ser ético, assim é um sujeito. Sujeito de uma identidade que entende como própria e que é consequência do poder normalizador em suas práticas de objetivação e de subjetivação (FONSECA, 2011).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que Michel Foucault propõe em suas reflexões, é que o indivíduo do presente possa reconhecer a necessidade de construir uma ética que represente uma possibilidade

de constituição de si, diferente daquela que o expropria, fazendo dele um objeto e um sujeito.

Em suma, Foucault entende que o sujeito de hoje é portador de uma identidade constituída por relações de poder, por meio de tecnologias como a disciplina e as práticas da biopolítica. Ele critica as identidades modernas que extinguem o lugar do cuidado de si, promovendo um tipo de ética padronizada pelas instituições, limitando a autonomia do sujeito no processo de elaboração de si.

A atitude crítica perante a própria identidade pode demonstrar quanto os discursos que se assumem como verdadeiros, em um momento particular da história, respondem a tecnologias de instituições que precisam da sujeição para se manter. Portanto, tais discursos podem ser criticados, transformados, ou até mesmo destruídos.

REFERÊNCIAS

ENCONTRO DE JOVENS PESQUISADORES: I mostra acadêmica de inovação e tecnologia, XIX, 07-11 nov. 2011, Caxias do Sul. **A ética do cuidado de si em Michel Foucault**. Caxias do Sul: UCS, 2011. Disponível em: < http://www.ucs.br/site/midia/arquivos/Kamila_Zaleski_Pioner._Unisinos.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2015.

EWALD, F. **Présentation**. Dossier Michel Foucault. Magazine Littéraire. 207, p. 16-17, maio, 1984, p. 17. In. FONSECA, Márcio Alves da. **Michel Foucault e a constituição dos sujeitos**. 3. ed. São Paulo: EDUC, 2011.

FONSECA, Márcio Alves da. **Michel Foucault e a constituição dos sujeitos**. 3. ed. São Paulo: EDUC, 2011.

FOUCAULT, Michel. **O sujeito e o poder**. In: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. **Michel Foucault: Uma trajetória filosófica**. 2. ed. Tradução de Vera Portocarrero e Gilda Gomes Carneiro. Rio de Janeiro: Forence Universitária, 2013c.

_____. **A Hermenêutica do sujeito**. Tradução de Márcio Alvez da Fonseca; Salme Tannus Muchail. Organização de Frédéric Gros; François Ewald; Alessandro Fontana. São Paulo: Martins Fontes, 2006a.

_____. **Ditos e escritos**: Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento. Organização de Manoel Barros da Motta. Tradução de Elisa Monteiro. 3. ed. Rio de Janeiro: Forence Universitária, 2013a, 2 v.

_____. **Ditos e escritos**: Estratégia, poder-saber. Organização de Manoel Barros da Motta. Tradução de Vera Lucia Avellar Ribeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Forence Universitária, 2006b, 4 v.

_____. **História da Sexualidade 1**: A vontade de Saber. Tradução de Maria Theresa da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

_____. **História da sexualidade 2**: O uso dos prazeres. Tradução de Maria Theresa da Costa Albuquerque e José Augusto Guilhon Albuquerque. 13. ed. São Paulo: GRAAL, 2009a.

_____. **História da sexualidade 3**: O cuidado de si. Tradução de Maria Theresa da Costa Albuquerque; José Augusto Guilhon Albuquerque. 10. ed. São Paulo: 2009b.

_____. Qu'est-ce que la critique? Critique et Aufklärung. **Bulletin de la Société française de philosophie**. vol. 82, n. 2, p. 35-63, avr./juin. 1990, (Conferência proferida em 27 de maio de 1978). Tradução de Gabriela Lafeté Borges e revisão de Wanderson Flor do Nascimento.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danlilo. **Dicionário básico de Filosofia**. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.